

NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CUT

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 02/Fev

DIÉESE

cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3130- Ano 2024

UNI global union

“A União dos Vigilantes do Nordeste”, está trabalhando na formulação de boas propostas para o seguimento dos Vigilantes em Transporte de Valores



CAMPANHA SALARIAL 2024



O Sindicato dos Vigilantes de Alagoas participou, nesta quarta-feira (31), em Pernambuco, de mais uma rodada de negociações com as empresas de vigilância para discutir a Campanha Salarial 2024 para o Transporte de Valores. A reunião contou com

a participação de representantes sindicais de vários estados do Nordeste.

Na ocasião, ficou agendada uma segunda reunião para o dia 20 de fevereiro de 2024, quando serão apresentadas novas propostas para a categoria.

O presidente do sindicato de Alagoas, José Cícero Ferreira, adiantou que, caso não haja entendimento por parte dos patrões, haverá paralização das atividades do Transporte de Valores a partir do dia 20 de fevereiro, não só em Alagoas, mas em todos os estados do Nordeste que estão participando da negociação.

“A União Nordeste, formada por Alagoas, Sergipe, Campina Grande, Paraíba e Rio Grande do Norte, está trabalhando em conjunto na formulação de boas propostas para a categoria dos vigilantes. Em breve estaremos nos postos de serviço atualizando os trabalhadores sobre a negociação salarial”, informou Ferreira.

O presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura, esteve presente na reunião, onde ressaltou que a União dos Vigilantes do Nordeste representa o fortalecimento da luta sindical.

“Essa unidade fez com que a classe patronal parasse para considerar as propostas dos trabalhadores. Os pleitos foram muito bem colocados e com certeza na próxima rodada de negociações os patrões terão que trazer resposta e atender o pleito dos trabalhadores”, afirmou Boaventura.

A reunião contou com a presença da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV),

da Federação Interestadual dos Vigilantes de Alagoas, Bahia e Sergipe (FIVABS), da Federação dos Vigilantes do Nordeste – FINTERVIG, do Sindicato dos Vigilantes de Pernambuco, do Sindicato dos Vigilantes do Transporte de Valores de Pernambuco, entre outras lideranças.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Alagoas



NORDESTE

RODADA DE NEGOCIAÇÃO SALARIAL 2024 - VIGILANTES DO TRANSPORTE DE VALORES.

NEGOCIAÇÃO SALARIAL UNIFICADA
DOS SINDICATOS DO NORDESTE.



RODADA DE NEGOCIAÇÃO SALARIAL 2024
VIGILANTES DO TRANSPORTE DE VALORES.



Gestão: Transparência e renovação
Diretor presidente: Reginaldo Gonçalves.

SINDIVIGILANTE SERGIPE



O presidente do sindicato de Alagoas, José Cícero Ferreira, adiantou que, caso não haja entendimento por parte dos patrões, haverá paralização das atividades do Transporte de Valores a partir do dia 20 de fevereiro, não só em Alagoas, mas em todos os estados do Nordeste que estão participando da negociação.

“A União Nordeste, formada por Alagoas, Sergipe, Campina Grande, Paraíba e Rio Grande do Norte, está trabalhando em conjunto na formulação de boas propostas para a categoria

dos vigilantes. Em breve estaremos nos postos de serviço atualizando os trabalhadores sobre a negociação salarial”, informou Ferreira.

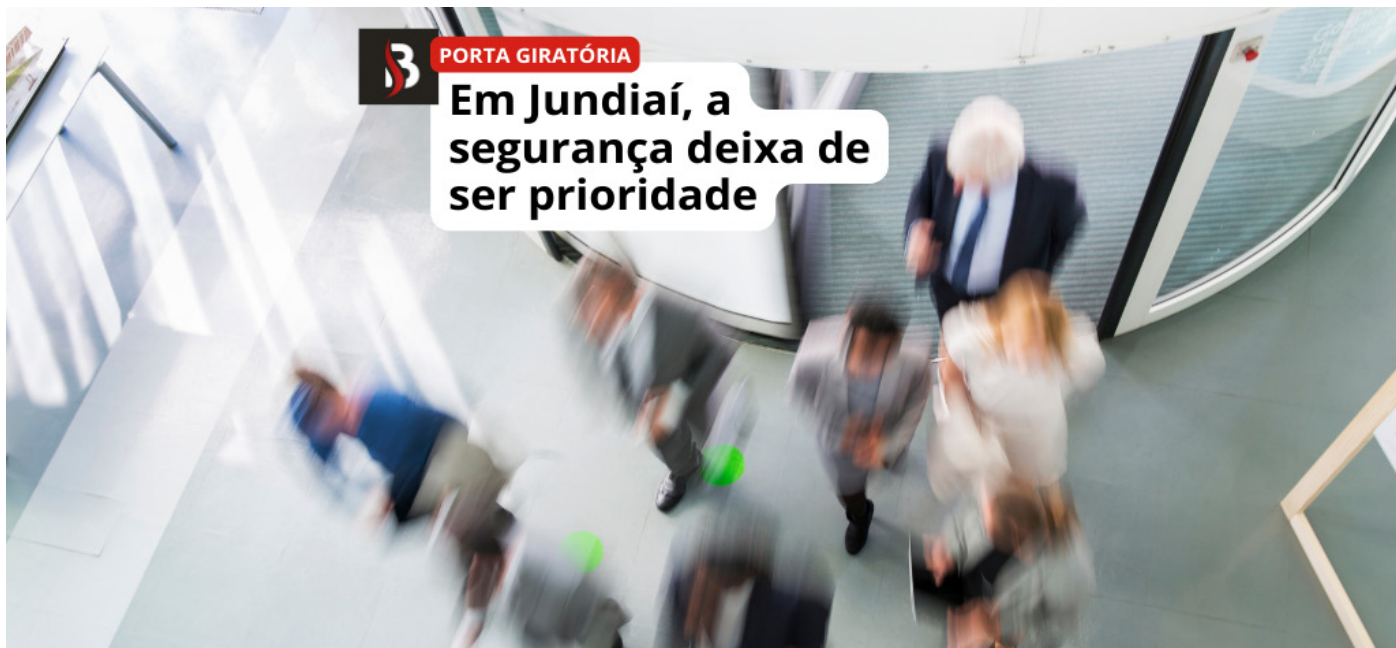
O presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura, esteve presente na reunião, onde ressaltou que a União dos Vigilantes do Nordeste representa o fortalecimento da luta sindical.

“Essa unidade fez com que a classe patronal parasse para considerar as propostas dos trabalhadores. Os pleitos foram muito bem colocados e com certeza na próxima rodada de negociações os patrões terão que trazer resposta e atender o pleito dos trabalhadores”, afirmou Boaventura.

A reunião contou com a presença da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), da Federação Interestadual dos Vigilantes de Alagoas, Bahia e Sergipe (FIVABS), da Federação dos Vigilantes do Nordeste – FINTERVIG, do Sindicato dos Vigilantes de Pernambuco, do Sindicato dos Vigilantes do Transporte de Valores de Pernambuco, entre outras lideranças.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Alagoas

Em Jundiáí, segurança deixa de ser prioridade para prefeito e vereadores



Prefeito pede e vereadores tiram obrigatoriedade das portas de segurança nos bancos

Houve um tempo em que trabalhar no banco era algo muito mais arriscado. Prova disso são os inúmeros filmes de assaltos que povoavam os cinemas, no século passado. Isso mudou porque – depois de muita luta do movimento sindical – a segurança nos bancos mudou.

E uma das principais mudanças foi a instalação das portas giratórias.

De acordo com a Febraban, desde 2000, quando os municípios passaram a exigir a instalação das portas de segurança, o número de assaltos a banco foi reduzido em quase 90%.

Em Jundiáí, a lei foi instituída em 1996, com autoria do vereador e bancário Mauro Menuchi (PT). Em 2014, o também vereador e bancário Paulo Malerba (PT) escreveu o projeto que estendeu a exigência para a área dos caixas eletrônicos.

Alguns vereadores tentaram derrubar as leis, no ano de 2019. O sindicato atuou e eles retiraram o projeto.

No entanto, no meio da pandemia, o atual prefeito mudou o código de obras do município e retirou a exigência do dispositivo de segurança. O projeto foi aprovado pelos vereadores, que ignoraram a segurança dos bancários e clientes.

Agora, vamos trabalhar para que os bancos mantenham as portas de segurança nas agências e adotem essa medida nas novas edificações e reformas.

Mas essa não será uma luta tranquila. Há muita resistência dos bancos em manter as portas e garantir a segurança.

Essa situação indica que nós, bancárias e bancários, precisamos estar unidos e articulados para dialogar com os patrões, mas também com a sociedade.

Nas eleições municipais deste ano devemos exercer nossa cidadania e cobrar dos candidatos e candidatas um compromisso com a segurança nos bancos e outras pautas que fazem parte do nosso dia a dia, no mundo do trabalho e da cidade.

Fonte: [bancariosjundiai](http://bancariosjundiai.org.br)

Prefeitura pode descumprir prazo para trocar vigilantes por guardas municipais

Ela alega que preocupação é cumprir com o limite de gastos pessoais e remanejar a equipe da guarda



Prefeita Adriane Lopes (PP) durante seminário com gestores da Reme (Rede Municipal de Ensino)
(Foto: Paulo Francis)

Em meio ao debate sobre a substituição dos agentes de patrimônio por guardas civis metropolitanos, a prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes (PP), diz que ainda não tem como responder se vai ou não renovar o contrato.

Ela alega que a preocupação é cumprir com o limite de gastos com pessoal e remanejar a equipe da guarda, já que vários saíram para assumir vagas de outros concursos, em especial da PM (Polícia Militar).

Em 2023, a Prefeitura de Campo Grande gastou R\$ 2,6 bilhões com pagamento de pessoal. Isso representa 55,2% da receita corrente líquida, que foi de R\$ 4,8 bilhões. Conforme a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), o limite máximo de gastos que um município pode ter sobre a receita é de 54%. Portanto, o excesso foi de 1,2%.

Em dezembro do ano passado, o Campo Grande News noticiou que a Prefeitura de Campo Grande não ia poder mais contratar agentes de patrimônio para vigiar os prédios públicos

por força de determinação judicial. Com isso, o serviço deverá ser atribuído aos servidores efetivos da GCM (Guarda Civil Metropolitana), onde houver necessidade. O prazo para cumprir a decisão se encerra no final de fevereiro.

“Essa resposta eu não posso dar, não posso dizer ‘eu vou fazer assim’. A gente trabalha com o que tem e com as possibilidades que a gente tem a cada período. Estamos equipando a Guarda para poder liberar os agentes patrimoniais. Eu tenho um limite prudencial, que eu não posso aumentar despesa. Nem tudo aquilo que foi pactuado se cumpre no apertar de um dedo. É um cronograma de trabalho de execução”, destacou em entrevista durante seminário com gestores da Reme (Rede Municipal de Ensino), na manhã desta quarta-feira (31).

Adriane pontuou ainda que fechou o chamamento de 270 guardas, mas que já perdeu 70 que passaram em outros concursos.

“Nós estamos trabalhando, tanto é que eu já chamei semana passada mais 70 guardas para poder compor a equipe para a gente ir fazendo esse remanejamento. Vou começar as aulas, eu vou desguarnecer a segurança das escolas se eu não tenho guarda para colocar”, completou. Ontem, mais quatro guardas foram chamados.

Por outro lado, o presidente do SindGM (Sindicato dos Guardas Municipais de Campo Grande), Hudson Bonfim, defende que a contratação dos agentes de patrimônio é ilegal.

“Isso é inconstitucional. Quem fiscaliza essas pessoas? A Guarda é um serviço de segurança pública. Essa contratação ilegal se arrasta desde 2019”, comentou.

Ainda de acordo com ele, pessoas estão desempregas aguardando serem chamadas para o concurso que ocorreu em 2020. “Foi feita uma programação. Tem gente que veio do interior, tem gente com filho, desempregado. Foram mais de 700 horas de curso, essas pessoas saíram do trabalho”, lamentou.

O concurso da Guarda Civil Metropolitana previa 273 vagas, com salário de R\$ 1.690,02, para reforçar o efetivo de cerca de 1,2 mil servidores que já atuam na função. Os aprovados passaram por seis fases. Pela primeira vez, todos terão acesso ao porte de arma.

Vigilantes dispensados – A ação que a AGMCG/MS (Associação da Guarda Municipal de Campo Grande) ingressou na Justiça foi julgada em parte procedente. No dia 15 de dezembro, foi publicada a sentença obrigando a prefeitura a não mais utilizar terceirizados na proteção de prédios públicos. Na própria ação a Administração Municipal apontou que vencidos os contratos, no final deste mês, guardas concursados assumiriam as tarefas hoje executadas por vigilantes contratados.

A alegação da associação é de que a guarda é destinada à proteção de bens, serviços e instalações e à integridade física dos cidadãos. Além disso, defenderam também que é de competência deles vigiar e proteger o patrimônio público municipal.

Fonte: Campo Grande News

Confira quem entra e quem sai do Ministério da Justiça com a posse de Lewandowski

O novo ministro promoveu uma série de substituições em peças-chave da pasta, após o fim da gestão de Flávio Dino



Registro da posse de Ricardo Lewandowski como ministro da Justiça, em 19 de fevereiro de 2024.

Foto: Sérgio Lima/AFP

O ministro da Justiça e da Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, assumiu oficialmente o cargo nesta quinta-feira 19. Ele promoveu uma série de substituições em peças-chave da pasta, após o fim da gestão de Flávio Dino.

Confira os escolhidos por Lewandowski:

Chefe de Gabinete: Ana Maria Neves, no lugar de Rafaela Vidigal;

Secretário-Executivo: Manoel Carlos de Almeida Neto, no lugar de Ricardo Cappelli;

Secretário-Executivo Adjunto: Marivaldo Pereira, no lugar de Diego Galdino;

Secretário Nacional de Justiça: Jean Uema, no lugar de Augusto Botelho;

Secretário Nacional de Segurança Pública: Mario Sarrubbo, no lugar de Tadeu Alencar;

Secretário Nacional do Consumidor: Wadih

Damous (permanece);

Secretário Nacional de Políticas Penais: André Garcia, no lugar de Rafael Brandani;

Secretária Nacional de Política sobre Drogas e Gestão de Ativos: Marta de Assis Machado (permanece);

Secretário Nacional de Assuntos Legislativos: Elias Vaz (permanece);

Secretária de Acesso à Justiça: Sheila de Carvalho, no lugar de Marivaldo Pereira

Secretária de Direitos Digitais: Estela Aranha (permanece);

Diretor-Geral da Polícia Federal: Andrei Rodrigues (permanece);

Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal: Antônio Fernando Oliveira (permanece)

Na cerimônia de posse de Lewandowski, no Palácio do Planalto, o presidente Lula (PT) afirmou ter garantido a autonomia do novo ministro para a montagem da pasta.

“Chamei o Lewandowski e falei: ‘Companheiro, é o seguinte: a sua equipe é você quem monta. Você não tem compromisso com ninguém que está lá do Flávio Dino’, disse o petista. “O seu compromisso é montar a sua equipe, porque montagem da sua equipe é você que vai responder pela glória dos acertos e pelo sofrimento dos erros que cometer.”

Fonte: CartaCapital

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF